

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A HISTÓRIA RURAL EM PORTUGAL NO FINAL DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO*

Apresentei, em 2000, numa Colectânea de estudos intitulada *A Cidade e o Campo*, um balanço sobre a história rural produzida sobremaneira nas últimas quatro décadas do século XX¹.

Nele começava por afirmar o comprometimento da História e do Historiador com o seu tempo e ambiente social. A corroboração, no plano dos estudos em causa, estava no significativo impacto da produção de trabalhos de história rural, em torno da década de 80, quando, dominando historiograficamente a história económica e social, predominava politicamente a problemática da terra, da reforma agrária e cooperativas agrícolas e da apropriação dos baldios.

Mas, já no final do mesmo, as minhas palavras eram outras. Permitam-me que vos releia as considerações e citações com que termino esse meu trabalho, cuja primeira versão, de 1997, foi apresentada como lição inaugural do Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás:

“...um professor francês, Gabriel Audisio, decidiu-se a escrever a obra *Des paysans XVe-XIXe siècle*, publicada em 1993 (Paris, Armand Colin), para dar

* Universidade de Coimbra /Investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura
coelhomh@gmail.com

¹ Maria Helena da Cruz Coelho, “Balanço da história rural produzida em Portugal nas últimas décadas”, in *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, pp. 23-40.

precisamente a conhecer aos jovens urbanos dos finais do século [XX] e inícios do século XXI esse mundo outro da terra, sincronicamente ritmado pelo movimento das estações e pela luz diurna, em que a tirania da natureza era quase total, em que as fortunas assentavam na terra, a especulação era fundiária e a cultura agrária. E, ao abrir a obra, refere uma visita de estudo realizada com alunos seus a um museu de província, onde, perante as alfaías de certas profissões, surgiram as perguntas que patenteavam um desconhecimento total de profissões como as de carpinteiro de carros ou mesmo de sapateiro. Igualmente nos dá conta de uma sondagem ecológica realizada pelo hebdomadário *Marie Claire*, em que, no total de 10 perguntas banais, como, a título de exemplo, de onde vêm as azeitonas, ou a carne que se come é de boi ou de vaca, só 15% dos franceses responderam correctamente a 5 perguntas.

O mundo dos campo e dos camponeses tornou-se, em definitivo, passado. A história rural é então mais difícil de ensinar, exigindo os mais pequenos esclarecimentos sobre objectos, funções e comportamentos que a nós, ainda um pouco conhecedores desse tempo, se nos afiguram como dados adquiridos. Mas exactamente na medida em que esse mundo se afasta dos homens de hoje, tornando-o desconhecido, sobre ele cairá o véu do mistério e do fascínio. E por essa via a atracção da sua descoberta.

Corroborar-se-ão as palavras de Joseph Goy, ao terminar o balanço do tema história rural para a *Nova História*: ‘no cruzamento da ecologia, do passadismo e do regionalismo [a história rural] permanecerá como um dos melhores veículos do mito das nossas origens’²

Assim terminava eu a minha síntese, balanceando-me entre o real e o imaginário.

Estamos agora no século XXI, no final da sua primeira década.

Os interesses historiográficos são manifestamente outros, afirmando-se a primazia do político e militar face ao económico e social, do individual frente ao colectivo, da cultura, mentalidades e religiosidade no complexo social.

Imperativa evolução dos estudos. Imperativa evolução dos tempos.

A exigir uma permanente reflexão dos historiadores sobre o feito e o a fazer, sobre o trabalho do historiador, mais comprometido ou mais livre das problemáticas e vivências do seu tempo, se não completamente alheio a essas motivações, exigências ou até pressões, em nome do valor intrínseco da ciência.

Neste contexto, história agrária, história rural, história das comunidades aldeãs, a que títulos poderá ser apelativa para os jovens investigadores, aprendizes da ciência histórica?

² Idem, *ibidem*, pp. 39-40.

Implantadas as Universidades em cidades, concentrada a população em centros urbanos, desaparecida praticamente a agricultura nos meios mais urbanizados, há dificuldade em captar o interesse dos alunos universitários para o mundo rural. Sobremaneira porque de todo o desconhecem – nunca viram um moinho, não sabem o que é um arado, ignoram o mecanismo de um lagar de azeite, mesmo que dos inícios do século XX. Há vários anos que os meus alunos não fazem a mínima ideia do que seja um simples capão.

É claro que ao estudar Idade Média repetem continuamente que se vive, pelo menos até ao século XIII, numa economia senhorial, em que predomina a agricultura – e não predomina afinal durante todo o Antigo Regime? - , mas creio que a equacionam mais pelos laços políticos e muito menos pelas relações económicas e sociais. Ao aprofundarmos estas questões sob um enquadramento socioeconómico e ao confrontarmo-nos com o mundo da exploração da terra e do relacionamento dos senhores com o campesinato se não há de imediato repulsa, pelo menos sente-se uma enorme dificuldade de compreensão.

Talvez isso não seja vivido no vosso espaço insular, onde a terra e a ruralidade estão ainda muito presentes. Mas eu de há muito o venho a sentir no meu ensino na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Olhando o meu curriculum até poderá parecer, numa leitura rápida, que capitulei perante esse desinteresse pela história rural. Não é verdade. É evidente que derivei por outros caminhos. Mas retorno, até muitas vezes por dentro deles, ao tema da ruralidade que sempre me apaixona. E se menos escrevo directamente sobre ele, insisto no seu ensino.

Inflectindo, no entanto, em direcções várias.

Leccionei, juntamente com uma colega de História Moderna³, um Seminário sobre História e Meio Ambiente. E foi muito bem recebido.

Coloco sobre a mesa os produtos com que se que alimentavam os homens medievais num Seminário do 2º Ciclo em Alimentação. Fontes, Cultura e Sociedade⁴.

³ Concretamente com a Doutora Maria Margarida Sobral Neto

⁴ Trata-se do seminário “A Mesa Medieval- Ritos e Interditos” que, a par de mais dois que se reportam, respectivamente, aos tempos da Antiguidade e da Modernidade e Contemporaneidade, dão a conhecer, em tempo longo, uma perspectiva da história da alimentação. Este segundo Ciclo interdisciplinar tem depois outros Seminários que focam a presença da alimentação nas artes (em particular na literatura e no cinema), o diálogo privilegiado que a alimentação sempre tem estabelecido com as religiões, a contraditória valência dos alimentos como medicamentos ou venenos e o papel da gastronomia na dinamização do turismo.

Insisto na apresentação do quadro do relacionamento socioeconómico entre senhores e camponeses no complexo de uma economia dominial e senhorial em Seminários do 1º e 2º Ciclo de História.

Mas também “vendo e compro” os produtos da terra, dos rios e do mar e perscruto a geografia dos poderes nos estudos sobre centros concelhios, sejam vilas ou cidades.

E nas comunidades rurais procuro entrever as redes de solidariedade e sociabilidade entre os seus habitantes no quotidiano ou no extraordinário festivos.

Persigo uma estratégia – não deixar morrer o interesse por esta temática. Consciente, plenamente consciente, do muito que há a fazer. E ainda e sobretudo no âmbito da história económica e social agrária e rural, no âmbito da história quantitativa, no âmbito dos estudos da arqueologia medieval, que tão pouco têm incidido sobre habitats rurais, em particular de cristãos (já que os muçulmanos começaram a despertar muito mais a atenção).

E teremos de lutar em conjunto, pelo menos aqueles que gostam desta temática. Desde logo porque agora, a nível das avaliações internacionais, a publicação das fontes é extraordinariamente desvalorizada. E se todos já sabemos que as fontes são de múltipla natureza, negar a importância, se não, em certos campos, a primazia das fontes escritas parece-me estultícia. No entanto quantos tombos, inquéritos, contratos, em particular os colectivos, sentenças, testamentos, entre muita outra documentação, mereciam ser publicados?

Pergunto-vos: estarei eu a exagerar com este panorama? Pressentem, nos vossos locais de ensino e investigação, que se passa o mesmo?

Fiz um ensaio. Primeiro com a tese da Rute, *Terra e Fortuna*⁵.

Na sua bibliografia, com datas a partir de 1995, encontrei cerca de uma vintena de trabalhos sobre a história portuguesa, relacionados com a temática da economia rural, envolvendo o povoamento, a propriedade e sua exploração, as culturas e engenhos, os gados, os preços, as medidas e as relações sociais.

Também numa abrangência lata, num trabalho que apresentei no Canadá sobre Historiografia⁶ – e tomando a mesma data de partida - arrolei no item de História Rural, embora só tomando em conta provas académicas, cerca de 25 estudos.

⁵ Rute Dias Gregório, *Terra e Fortuna: os primórdios da humanização da ilha Terceira (1450?-1550)*, Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar, 2007 (tese defendida em 2006).

⁶ Maria Helena da Cruz Coelho, “Historiographie et état actuel de la recherche sur le Portugal au Moyen Âge », *Memini. Travaux et documents*, 9-10, (2005-2006), pp. 9-20,

Eu própria não consegui envolver muito orientandos com a temática, se bem que os estudiosos do período medieval também estejam a diminuir muito significativamente.

Orientei, a partir do mesmo ano, uma dissertação de mestrado sobre um Hospital em Santarém de Luís Mata, que contempla, entre outros aspectos, o património desta instituição⁷. Outras de Ana Paula Santos, Anísio Saraiva e de Cristina Guardado, que abordam, respectivamente, as instituições eclesiásticas de Santa Clara a Velha nos seus primórdios⁸, da Sé de Lamego⁹ e da Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra¹⁰, focam também as questões dos seus domínios e réditos, como, aliás, tantos outros trabalhos da mesma índole¹¹. Acresce ainda que, mais três, aprofundaram o conhecimento da comunidade e património do Mosteiro de Arouca, uma entre 1286 e 1299¹², outra entre 1300 e 1317¹³ e a terceira entre 1400 e 1437¹⁴. Tenho ainda para ser defendida em breve uma última sobre um tombo, contendo contratos de exploração das propriedades do cabido da Sé de Coimbra¹⁵.

E também não foram muitos júris em que participei - para além destes em que orientei os trabalhos – que se reportassem à história rural, ainda que deva destacar, para além das provas de Habilitation à la Recherche de Stéphane

⁷ Luís António Santos Nunes Mata, *Ser, ter e poder: o hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*, Leiria, Edições Magno, 2000.

⁸ Ana Paula Figueira Santos, *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra. (Da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 2000 (tese de mestrado policopiada).

⁹ Anísio Miguel de Sousa BemHaja Saraiva, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, 2 vols., Leiria, Edições Magno, 2003.

¹⁰ Maria Cristina Gonçalves Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais. (Das origens ao início do séc. XV)*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1999.

¹¹ Cfr. Maria Helena da Cruz Coelho, “Historiographie et état actuel de la recherche sur le Portugal au Moyen Âge », pp. 47-54 (histoire ecclésiastique et religieuse).

¹² Luís Miguel Rêpas, *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, 2 vols., Leiria, Edições Magno, 2003.

¹³ Dina Carla Ferreira de Sousa de Almeida, *O mosteiro cisterciense de Arouca. Comunidade e património (1300-1317)*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 2003.

¹⁴ Rafael Marques Vigário, *O mosteiro de Arouca no século XV (1400-1437). A comunidade e o património*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2007, dissertação de mestrado policopiada.

¹⁵ Trabalho de Valério Nuno da Silva Santos, *Lavarar documentos para lavar a terra. Um tombo do cabido da Sé de Coimbra de finais do século XV (1472-1482)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2009 (com co-orientação). Depois da apresentação deste trabalho (2009), e reportando-me ao tempo em que o revejo para publicação (Janeiro de 2013) orientei e foram já defendidos mais estes trabalhos que, estudando instituições de assistência ou eclesiásticas, não deixaram de analisar patrimónios, exploração e rendimentos dos seus bens, a saber Ana Rita Saraiva da Rocha, *A institucionalização dos leprosos. O Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2011 (dissertação de mestrado policopiada) e Maria Amélia Álvaro de Campos, *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e sócio-económico*, 2 vols, Coimbra, Faculdade de Letras, 2012 (tese de doutoramento policopiada).

Boissellier sobre estruturas sociais e de povoamento no Portugal da Reconquista, e da tese da Rute sobre os primórdios da humanização da ilha Terceira, alguns bens recentes no Porto sobre o casal como unidade de organização social do espaço¹⁶ e outra sobre preços e salários¹⁷.

Parece inegável que não foi farta a produção neste tema nos finais século XX e inícios daquele em que nos encontramos. Causa maior será, por certo, o declínio da história económica e mesmo da história social.

Os que aqui nos encontramos – e sem dúvida muitos outros – sabemos, porém, que o tema está longe de haver sido esgotado. E creio mesmo que serão necessários tanto estudos mais clássicos, como outros que ensaiem novas metodologias interdisciplinares, em que se cruzem os mais variados saberes.

Note-se que, tendo-se focado inicialmente os estudos rurais muito a partir dos domínios das instituições religiosas, seu aproveitamento e exploração – à parte a inicial obra de Oliveira Marques sobre a cerealicultura¹⁸ –, ainda hoje sobre algumas das mais poderosas casas monásticas e mais ainda de catedrais, colegiadas e casas assistenciais nos escasseiam os conhecimentos sobre o seu raio de influência patrimonial e a sua geografia da propriedade, sobre as suas práticas de valorização dos solos e das valências naturais da terra ou sobre as suas políticas mais armazenadoras ou investidoras dos seus rendimentos.

E se faltam trabalhos para a clerezia, carecem quase de todo no que se reporta à nobreza ou à burguesia, já que os estudos são mais difíceis por escassez de fontes, ou talvez porque os elementos a colher não sejam directos, mas indirectos, não se possuindo, em grande parte, os seus arquivos.

Na perspectiva do conhecimento de regiões, se algo se aclarou sobre a Estremadura, Alentejo e alguma coisa sobre as Beiras e o Minho, creio que estão ainda muito incaracteristicamente definidas as regiões de Trás-os-Montes, Douro, Beira Baixa e Ribatejo. E depois das análises haveria que se coordenarem as conclusões e retiraram-se as necessárias linhas de força, marcando similitudes e diferenças, que nos revelassem as díspares paisagens agrárias, as diversas identidades dos espaços, as diferentes comunidades rurais e os específicos comportamentos e mentalidades dos seus habitantes. A etnografia e a oralidade poder-nos-iam ter ajudado muito, perscrutando, na longa duração, costumes e tradições, mas talvez tenhamos em grande parte desprezado esses contributos.

¹⁶ André Evangelista Marques, *O Casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*, Noia, Editorial Toxosoutos, 2008 (defendida em 2006).

¹⁷ Sérgio Campos Ferreira, *Preços e salários em Portugal na Baixa idade Média*, Porto, Faculdade de Letras, 2007.

¹⁸ A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1978.

Do mesmo modo todos sabemos que nos fazem falta os conhecimentos que podem advir de uma história serial e quantitativa, tão esquiua para tempos medievais por carência de fontes desta natureza e mais próxima da construção de uma base de dados a partir de documentação vária, susceptível do nos fornecer elementos que permitam conhecer preços, medidas e salários. E todos os investigadores que têm vocação para estes estudos – e aqui temos o caso de Mário Viana – devem investir nesse sentido.

Igualmente se pode tornar apelativa nesta temática da ruralidade uma perspectiva de análise de história ecológica, ecohistória, história ambiental ou história verde, como se lhe queira chamar, no sentido do estudo das relações recíprocas entre os seres vivos e o meio ambiente, dos elementos bióticos (plantas e animais) aos abióticos (clima, solos, hidrografia), e do impacto da humanização, dos movimentos demográficos e das grandes revoluções económicas e sociais na paisagem.

A biunívoca relação entre o homem e os recursos florestais e aquícolas terá ainda largo campo de análise. Se começámos por desvendar algo sobre a agricultura – das suas culturas às suas técnicas - esquecemos muito mais a riqueza florestal, cinegética e aquícola, em que poderemos e deveremos insistir.

Portugal teve, por exemplo, diversos espaços apaulados que não nos mereceram ainda toda a atenção. Nesse sentido a obra de Jean-Loup Abbé, *À la conquête des étangs*¹⁹, em que as fontes escritas medievais se cruzam com as modernas, em que se recorre a mapas e cadastros, e em que se combinam ainda os conhecimentos da investigação paleoambiental com os da geoarqueologia, pode ser uma boa proposta metodológica.

Reconstituição de redes de habitats, em que tanto tem trabalhado Stéphane Boissellier para o Alentejo²⁰, de formas de povoamento e de identificação de povoadores, de percepção dos imbricamentos dos poderes locais – senhoriais, religiosos, concelhios e régio de acção nas periferias – em aldeias e vilas, de conhecimentos da socialidade e sociabilidade das comunidades rurais são todo um campo muito rico e à espera de renovados aprofundamentos.

Sem esquecer ainda de mais reflectir sobre a ténue linha de fronteira que demarca, por vezes, os centros rurais dos centros pouco urbanizados, nunca tendo existido entre nós estudos aprofundados sobre a protoindustrialização e as

¹⁹ Jean-Loup Abbé, *À la conquête des étangs. L'aménagement de l'espace en Languedoc méditerranéen (XIIe-XVe siècles)*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 2006. Uma recensão desta obra apresenta Maria do Rosário Barbos Morujão na *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 6, 2006, pp. 221-224.

²⁰ Stéphane Boissellier, *Le peuplement médiéval dans le sud du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 2003.

dinâmicas comerciais locais e regionais que pudessem ser um contributo sólido para essa discussão.

Não irei mais além.

E peço que me desculpem estas notas soltas e “desafinadas”.

Elas vêm ao ritmo de um Setembro quente, como o peso da organização de uma grande Conferência Internacional sobre a História dos Parlamentos que ocorreu na Assembleia da República em Lisboa e na Reitoria de Coimbra²¹, com uma ida a um Colóquio no Brasil²² e ainda com a abertura das aulas na minha Faculdade. Ritmo de muito trabalho que nos obriga a nem tudo aprofundar como desejaríamos.

Mas aqui estou e estarei entre vós para discutir as temáticas do vosso Projecto que, como sabem, são tanto do meu gosto, e para partilhar convosco, por quem tenho a maior estima, reflexões, dúvidas e até perplexidades, mas também para deixar incentivos que ajudem a perseguir contínuas e novas rotas de investigação na permanente aprendizagem da história.

Acrescento por ocasião da publicação²³

Esta nota de abertura foi apresentada com grande informalidade, dado que, ao tempo, por sobrecarga de trabalho, como referi, não pude preparar nenhuma síntese acabada. Está, além disso, datada e tem quase quatro anos. Talvez fosse mesmo mais sensato não a publicar. Mas isso seria renunciar a associar-me à equipa deste projecto, de que fiz parte como consultora, e que apoiei vivamente até pelo entusiasmo e entrega com o dinamizou a sua coordenadora, no preciso momento em que ele se torna mais visível.

Não é, porém, agora, tempo de mudar o discurso. Para maiores aprofundamentos do que exponho remeto para os balanços gerais de historiografia

²¹ Referimo-nos à organização da 60ª Conference of the International Commission for the History of Representative and Parliamentary Institutions, que ocorreu em Lisboa, na Assembleia da República, e em Coimbra, no Auditório da Reitoria, de 1 a 4 de Setembro de 2009, e que teve como tema “Parliaments. The Law. The Practice and the Representations”,

²² Aludimos ao Colóquio Ibero Sul-Americano de História, “Entre os dois lados do Atlântico”, que se desenrolou de 7 a 10 de Setembro, em Florianópolis, onde apresentámos a conferência, *O culto do Espírito Santo e as confrarias em tempos de afirmação*.

²³ Concretamente em Janeiro de 2013.

medieval portuguesa que foram produzidos²⁴ e para os mais específicos sobre o mundo rural²⁵

Importará também ter em conta que, no presente momento, a ambiência política global, europeia, nacional e local é toda uma outra. Vivemos uma profunda crise financeira, económica e social. Neste contexto, e numa das suas facetas, a terra e os produtos da terra, da produção e consumo internos à produção e exportações para diferentes, longínquos e exigentes mercados, voltam a ser olhados como uma mais valia.

O historiador vive no seu tempo e lida com o tempo passado. Nesta anacronia constrói o seu objecto de estudo, neste caso a história rural. Justamente nos nossos dias o regresso mais ou menos utópico ao rural e a uma ideologia neo-agrária, incentivado pelo discurso ecológico e ambiental, o balance da Política Agrária Comum, que lança no ar desafios como: “será de pensar, para o século XXI uma Europa agrícola alargada e unitária ou uma Europa agrícola organizada segundo um sistema concêntrico com diversas velocidades”²⁶, vai redimensionar a problemática da agricultura nos debates políticos e, por certo, insuflar um novo fôlego aos estudos de história da Europa rural.

De facto, em vários países europeus, os estudos sobre a paisagem agrária intensificam-se com características novas, o que advém de um largo investimento de trabalho de campo e de investigação da arqueologia e de um recentramento temporal, agora, sobremaneira, na Alta Idade Média.

²⁴ A. H. de Oliveira Marques, *Guia do estudante de História Medieval Portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1998; José Mattoso, “Perspectivas actuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)”, *Revista de História Económica e Social*, 9, Lisboa, 1982, pp. 145-162; Luís Adão da Fonseca, “La historiografia medieval portuguesa (1940-1984)”, in *III Conversaciones Internacionales de Historia La Historiografia en Occidente desde 1945*, Pamplona, Eunsu, 1985, pp. 51-67; Maria Helena da Cruz Coelho, “A história medieval portuguesa: caminhos percorridos e a percorrer”, *Media Aetas*, 1, Ponta Delgada, 1991, pp. 1-17; Idem, “Historiografia da Idade Média”, in *Portugal Moderno. Artes e Letras*, Lisboa, 1992, pp. 192-195; Maria Teresa Nobre Veloso, “Para uma bibliografia crítica de história medieval de Portugal: algumas notas”, *Ler História*, 21, Lisboa, 1991, p. 24-34; Armando Luís de Carvalho Homem, “O Medievismo em liberdade: Portugal, anos 70/anos 90”, *Signum, Revista da ABREM. Associação Brasileira de Estudos Medievais*, 3, S. Paulo, 2001, pp. 173-206.

²⁵ Armando Luís de Carvalho Homem, Amélia Aguiar Andrade, Luís Carlos Amaral, “Por onde vem o medievismo em Portugal?”, *Revista de História Económica e Social*, 22, Lisboa, 1988, pp. 115-138 (no estudo encontra-se uma síntese específica sobre a história rural); Maria Helena da Cruz Coelho “Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas”, in *A cidade e o campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, Cento de História da Sociedade e da Cultura, 2000, pp. 23-40; idem, “Historiographie et état actuel de la recherche sur le Portugal au Moyen Âge », *Memini. Travaux et documents*, 9-10, (2005-2006), pp. 9-60 (tem uma secção e bibliografia específica sobre a história rural).

²⁶ Interrogação com que termina o interpelante e motivador estudo de Gilbert Noel, “La Politique Agricole Commune (PAC). Rapports et continuité dans l’histoire de l’Europe rurale”, *Histoire et Sociétés Rurales*, 8, 2.^o semestre, 1997, pp. 121-145.

Portugal parece estar a seguir essa tendência com um renovado interesse dos arqueólogos pelo período medieval, analisando paisagens rurais e urbanas, cristãs e muçulmanas²⁷. O recuo cronológico começa igualmente a sentir-se. Justamente a tese de doutoramento de André Evangelista Marques dedica-se a esse período altomedieval – como já a do seu orientador²⁸ – e, segundo as suas próprias palavras, visa a “caracterização morfológica das diversas unidades espaciais que serviram a organização da paisagem e do povoamento, entendidas como bases materiais da organização social do espaço”, no território da diocese de Braga entre c. 875 e 1100²⁹. Apresenta-se também nela um completo estado da arte das metodologias e conceptualizações adoptadas pelos muitos estudiosos sobre a temática e problemática em causa, em amplo contexto europeu, para o qual remetemos o leitor³⁰.

E não deixarei de aludir, por fim, ao último balanço produzido sobre a história rural portuguesa, da autoria de Luís Amaral³¹, que, no geral, partilha das minhas perspectivas historiográficas, o qual, a finalizar, alude ao relançamento e concretizações da arqueologia medieval e à diversidade de estudos com que a história rural se tem vindo a tocar nos últimos anos, da história urbana e comercial à história religiosa e dos poderes³².

É inevitável que assim seja. Tal como comecei por afirmar, o primado da terra impunha-se em tempos medievais, como bem posteriormente. Mas dito isto dir-se-á também que nada será estranho ou deixará de ter impacto na paisagem e economia agrárias, bem como na geografia dos poderes que as enquadram

²⁷ O trabalho prático e a produção científica dos investigadores do Centro de Estudos Arqueológicos da Universidade de Coimbra e Porto, com a associação do Campo Arqueológico de Mértola, são disso prova manifesta.

²⁸ Trata-se de Luís Carlos Amaral, que apresentou, como tese de doutoramento, o estudo *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*, Porto, Faculdade de Letras, 2007, que reconstitui o senhorio de Braga e a organização eclesiástica e social do espaço.

²⁹ Na sequência desta cronologia e, em grande parte, na mesma espacialidade, André Evangelista Marques apresentou a tese de doutoramento, *Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XII)*, Porto, Faculdade de Letras, 2012. A frase citada encontra-se na página 23.

³⁰ Idem, *ibidem*, pp. 73-209.

³¹ Luís Carlos Amaral, “Half a century of rural history of the Middle Ages in Portugal: a possible overview”, in *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir. de José Mattoso, eds. Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Maria João Branco, Lisboa, IEM, 2011, pp. 303-321. Vejam-se, nessa mesma obra, as sínteses dos demais temas com que a história rural se cruza.

³² As mesmas convergências entre a história rural e urbana e a história rural e eclesiástica foram também por mim sempre equacionadas (Cfr. Maria Helena da Cruz Coelho “Balanço sobre a história rural...”, pp. 29-33; Idem, « Historiographie ... », pp. 17, 22-23).

e dominam. Daí a ampla abrangência e múltiplos interfaces de metodologias, conceptualizações e objectos de análise dos estudos de história agrária e rural.

As políticas de ontem e de hoje não deixarão de se repercutir na propriedade, nas culturas, nas comunidades rurais e suas gentes, e, portanto, nos estudos que sobre esses campos se debruçam, mesmo quando os homens se laçam em caminhos de mais além, na busca de outros mundos e perseguindo novas economias globais.